



VÁRZEA E TERRA FIRME, LUGAR E COTIDIANO NO BAIXO AMAZONAS¹

Daniel Nunes Leal²

RESUMO

O trabalho tem por objetivo tomar a categoria lugar como forma de abordar as relações de produção reproduzidas em áreas de várzea e de terra firme do Baixo Amazonas. Para tal, levantamos, a partir de revisão bibliográfica e de trabalho de campo em Monte Alegre/PA, singularidades que marcam esses lugares e como eles se integram a uma mesma área em vínculos de complementaridade e oposição. Ao sublinhar o caráter real das categorias, retomamos como a chamada Geografia clássica concebe o lugar como *locus* do gênero de vida para, então, assinalar transformações históricas que localizam o lugar pela produção do cotidiano. Porém, sendo o cotidiano imputado à constituição da sociedade urbana, devemos observar como este modo de vida se exprime em comunidades rurais do Baixo Amazonas, suscitando hábitos de consumo e formas de apropriação do espaço pelo corpo que vão ali se reproduzir. Assim, esperamos problematizar diferentes contradições que surgem dessas novas relações como possibilidades de estudo das comunidades em questão, quais sejam, a contradição produção-reprodução e entre agrário e urbano, que, doravante, vão se repor na área.

Palavras-chave: Lugar, Baixo Amazonas, Cotidiano, Comunidade, Corpo.

RESUMEN

El trabajo tiene el objetivo de tomar la categoría lugar como forma de acercarse de las relaciones de producción reproducidas en áreas de llanuras aluviales y de tierra firme del Bajo Amazonas. Para ello, planteamos, desde la revisión bibliográfica y de investigación de campo en Monte Alegre/PA, singularidades que definen estos lugares y cómo estos se integran en una misma área en vínculos de complementariedad y oposición. Al resaltar el carácter real de las categorías, reanudamos como la llamada Geografía clásica concibe el lugar como *locus* del género de vida para luego destacar cambios históricos que ubican el lugar desde la producción del cotidiano. Sin embargo, dado que el cotidiano es imputado a la constitución de la sociedad urbana, debemos observar como este modo de vida se expresa en las comunidades rurales del Bajo Amazonas, elevando hábitos de consumo y formas de apropiación del espacio por parte del cuerpo que se reproducen allí. Así, esperamos problematizar distintas contradicciones que surgen de estas nuevas relaciones como posibilidades de estudio de las comunidades en cuestión, a saber, la contradicción producción-reproducción y entre agrario y urbano que, en adelante, irán se reemplazar en el área.

Palabras-clave: Lugar, Bajo Amazonas, Cotidiano, Comunidad, Cuerpo.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

¹ Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

² Doutorando do Curso de Geografia Humana da Universidade de São Paulo – USP, daniel.leal@usp.br.



Comumente, as várzeas e as áreas de terra firme da Amazônia são classificadas como ecossistemas ou habitats marcados por atributos físicos e sociais diversos (MORAN, 1990). Em simultâneo, a constante circulação ecológica, de pessoas e de mercadorias demonstra como a disparidade existente entre esses lugares não significa que eles estejam isolados entre si nem em relação ao mercado. Considerando tais cruzamentos, importa problematizar o que diferencia a várzea da terra firme no que toca às relações sociais ali reproduzidas, assim como o que as unifica como integrantes de uma determinada área, o Baixo Amazonas, ponderando os limites do uso de certas categorias caras à Geografia.

As categorias se referem a formas objetivas de existência, a que correspondem formas objetivas de pensamento, historicamente construídas. A definição de aspectos característicos de várzea e terra firme não depende de um observador apartado do real, mas de um processo socialmente objetivo que passa pelo sujeito e diferencia lugares como expressões de uma totalidade constituída pelas relações capitalistas de produção. Daí que a localização do Baixo Amazonas como área cujo sentido varia historicamente, com suas várzeas e terras firmes como lugares, passa pela concretude de sua particularidade e pelo pensamento sobre a mesma. O que torna a exposição pautada na revisão bibliográfica sobre Baixo Amazonas, lugar e cotidiano, tal como em trabalhos de campo em comunidades de terra firme de Monte Alegre/PA, trabalhos baseados na observação direta e em entrevistas abertas. Porém, pesquisas de campo nas várzeas deste município ainda estão por ser realizadas.

Este texto tem como objetivo discernir a pertinência da categoria lugar na abordagem das relações de produção reproduzidas no Baixo Amazonas, dado que o caráter dessas relações emerge como diferença espacial relativa à mundialização capitalista numa sociedade urbana em constituição (CARLOS, 2007). Logo, seria preciso pensar ao que se refere a urbanização e o cotidiano nas comunidades rurais ribeirinhas e de terra firme. Para tanto, buscamos partir de considerações sobre o lugar na Geografia, cuja mudança de significado é reportada à totalidade capitalista; discussão que servirá para, em seguida, tratar das relações de produção reproduzidas historicamente entre várzea e terra firme na Amazônia. Essas formas de reprodução exprimem, por fim, momentos associados à categoria lugar, desde sua associação com a noção de gênero de vida a uma expressão das relações mundiais no cotidiano das comunidades, seja nos hábitos de consumo seja nas relações de dependência mediadas pela forma-mercadoria, nos conflitos entre agentes, na ação estatal ou nos meios de apropriação do espaço pelo corpo. São elementos que permitem assinalar as contradições que se encerram no lugar, em especial entre produção e reprodução e entre o agrário e o urbano.



APORTE TEÓRICO

Em que pese a centralidade da região na chamada Geografia clássica francesa, o próprio Vidal de La Blache (1985) anuncia uma “ciência dos lugares”, não estabelecendo uma diferença demarcada entre ambas as categorias. Reside aí a pretensão de compreender a singularidade dos lugares, sustentada por uma historicidade configurada na relação do homem com as influências do meio. Max Sorre (1967), mais tarde, sublinha os elos entre a situação absoluta do fenômeno e sua extensão limitante no lugar, onde as relações ecológicas se realizam no plano do vivido e encerrando uma história de tempos acumulados. É no lugar, e por conseguinte no nível da vida, que se manifesta o gênero de vida, imprimindo-lhe sentido.

Mas se nessa geografia o lugar localiza um fenômeno na superfície terrestre, revelando a singularidade de um gênero de vida, Carlos (2007, p. 23) ressalta como, hoje, tal diversidade é ameaçada, à medida que a reprodução social não requer mais aquelas “soluções locais para o problema da existência” das quais se ocupava a escola vidalina. O resultado, conclui a autora, é que a acumulação da técnica teria se tornado mais importante na produção das condições de existência do que as condições naturais.

Podemos observar que essa variação de sentido é indicativa das mudanças provocadas pela modernização, as quais Sorre (1984), por outro lado, já havia percebido em alguma medida em outra obra. Nela, o geógrafo inscreve o gênero de vida nas formas de organização dos grupos humanos, enquanto combinação de técnicas a se alterar no mundo moderno. Tais mudanças são vinculadas à circulação, colocando diferentes gêneros de vida em contato e provocando tanto o surgimento de novos modos de vida como a condenação dos mais arcaicos ao desaparecimento. Assim, “a circulação é um instrumento de uniformização do globo” (SORRE, 1984, p. 114).

As pretensões políticas dessa “geograficidade”, na expressão de Lacoste (2012), estão escamoteadas no projeto vidalino e de seus seguidores, mas são facilmente reconhecíveis, ao menos atualmente, como atreladas à hierarquização dos grupos humanos e à naturalização de uma dominação que o autor identificaria com o imperialismo. Propomos que este último, por outro lado, seja destacado como parte do próprio processo de reprodução de uma sociedade produtora de mercadorias, postulado que também se contrapõe ao que Sorre, em seus termos, havia reduzido a uma circulação de validade trans-histórica.

Como sugerem Alves e Scarlato (2019, p. 143), a noção de gênero de vida está muito ligada a sociedades de base agrária, e talvez não tenha destaque “numa sociedade industrial em que a multiplicidade de relações impacta diferentemente os lugares”. Pensando nessa alteração



categorial, Damiani (1999) sublinha a passagem do lugar como espaço dos gêneros de vida à condição de suporte de relações socioespaciais concernentes à escala mundial, produtora do cotidiano. Daí, se a produção do lugar se manifesta no plano do vivido, doravante a reprodução social atingiu inteiramente a reprodução da vida, instalando nesta o cotidiano, nível de análise da totalidade que ultrapassa a questão da mera sobrevivência e que, completa a geógrafa, centraliza a reprodução das relações sociais de produção.

Por sua vez, Carlos (2007) discute a dimensão prático-visível, real e concreta do lugar, onde se encontram as mesmas determinações da totalidade sem que, porém, as particularidades sejam eliminadas, sendo manifestação do imediato. A importância da análise do lugar, aqui, é situada na formação dessa diferença espacial face à tendência ao homogêneo, própria do mundo globalizado, expressando o mundial no período de constituição da sociedade urbana, mediada pela mercadoria. Com uma dimensão externa, resultada do acontecer histórico, e outra interna, definida pela densidade da técnica, o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida, através do corpo, permitindo pensar a diversidade de situações revelada no nível do cotidiano.

Então, o sentido e a existência do lugar se modificam e precisam ser problematizados, considerando aquilo que, nas relações que produzem diferentemente os lugares da várzea e da terra firme no Baixo Amazonas, produz o cotidiano. A partir do que, nesses ecossistemas, pode ser identificado como gênero de vida, como vão se constituir relações que, vistas no cotidiano, suportam o mundial e a sociedade urbana, ainda que se tratem de comunidades rurais? Como a apropriação do espaço pelo corpo produz esses lugares? Várzea e terra firme configuram relações de trabalho e poder, conflitos de classe, mecanismos de apropriação fundiária e de construção de identidade próprios mas também complementares, desdobrados contraditoriamente no tempo. Essas relações permitirão abordar em que medida várzea e terra firme podem ser compreendidas como dois lugares distintos e, simultaneamente, partes de uma mesma área em processo de instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As várzeas amazônicas são tipificadas como terras baixas, inundáveis pelo fluxo lateral dos rios ou lagos aos quais elas estão ligadas, enquanto a terra firme consistiria naquelas porções do terreno não alagadas pelo ciclo sazonal das enchentes fluviais. Assim, terra firme diz respeito basicamente às porções compostas por florestas ombrófilas e campos de savana, enquanto as várzeas exibem quatro ambientes conforme a cheia e a vazante periódicas dos rios: as restingas



(terras altas formadas pelo depósito de sedimentos), os paranás (canais laterais dos rios principais), os lagos e os campos alagáveis (MORAN, 1990).

Prevalecem na Amazônia duas estações: o verão, geralmente entre julho e dezembro, quando baixa o nível das águas; e o inverno, de dezembro a junho, quando ocorrem as enchentes e chove copiosamente. Decerto, tal variação fluvial, por atuar tão amplamente, também afeta o arranjo do calendário de pesca, a criação e a agricultura, ou, melhor dizendo, a execução das atividades entre a várzea e a terra firme como um todo. No verão, os peixes se concentram nos lagos formados pela seca, tornando a pesca mais propícia, ao mesmo tempo que emergem campos férteis, de uso comum, aproveitados para a criação de gado e para o plantio, sendo também a época em que algumas atividades extrativas acontecem com maior frequência. Já quando as inundações começam, os peixes se dispersam e o rebanho precisa ser confinado em currais suspensos, conhecidos como “marombas”, ou transferido para a terra firme. É uma dinâmica que age inclusive projetando um campo de representações próprio, que repousa na associação do verão à fartura e do inverno à penúria, o mesmo cabendo aos dois lugares aqui tratados: os moradores, em geral, vinculam a terra firme à ideia de segurança, porém de miséria, ao passo que à várzea corresponde a abundância (FOLHES, 2016; HARRIS, 2000).

Por sinal, Harris (2000, cap. 6) chama a atenção para uma íntima conexão entre o corpo e os ritmos do ciclo fluvial da várzea, já que os ribeirinhos constroem suas práticas – a pesca e outras atividades, as festas, a divisão sexual do trabalho, o entendimento do que é trabalho, etc. – em vista do engajamento contínuo que possuem com o rio e com o decurso das estações. À primeira vista, essas práticas poderiam ser concatenadas à ideia de um gênero de vida, instância pela qual o meio atua sobre os humanos que produzem os lugares em que vivem. A concepção de Harris, no entanto, permite inverter a perspectiva, de modo que são as atividades integrantes da vida social, exprimidas na experiência vivida, que balizam a sazonalidade, e não o contrário (HARRIS, 2000, p. 142). Hoje já não resta dúvida de como a Geografia clássica tomou relações sociais de produção por interações ecológicas que definiriam os diferentes lugares³. Mas longe de anular seu aparato teórico, cabe problematizar por que motivos este tem validade explicativa na época de sua formulação, ou seja: por que os ribeirinhos *aparecem* inscritos num gênero de vida? Nesse sentido, a inversão proposta acima possibilita a genealogia da particularização da várzea do Baixo Amazonas como lugar, passando por suas metamorfoses reais e categoriais.

³ Como acusou, segundo perspectivas variadas, a assim chamada renovação crítica da Geografia (cf. esp. Lacoste, 2012; Santos, 2014).



Podemos discurrir que as populações ribeirinhas amazônicas são produto de uma longa e contraditória evolução, enraizada no período colonial, cujo sentido é dado pela produção de mercadorias tropicais para o mercado metropolitano (PRADO Jr., 2000). Processo que implica a aniquilação e assimilação de ameríndios via políticas de submissão forçosa ao trabalho e de matrimônio, da catequização, da imposição cultural e do mercado, etc.⁴. Harris (2000) enfatiza, especialmente, um problema crônico de suprimento de força de trabalho, que busca saída na incorporação dos indígenas a uma sociedade civil *in fieri*. Mas à revelia de sucessivas tentativas de integração implementadas até a crise do Antigo Sistema Colonial, instiga-se, entretanto, a pulverização das populações miscigenadas pelas áreas rurais às margens dos rios. Segundo o autor, essa organização particular do trabalho livre contrasta a capacidade de ocupação da terra e usufruto de recursos com o enredamento ao mercado. Ao passo que o varzeiro reproduz suas próprias condições de existência, amarra-se ao mercado mundial mediante o controle do produto de seu trabalho pelas oligarquias locais (HARRIS, 2000, pp. 37-41).

Em outras palavras, a figura do “patrão” ganha força nesse contexto, já em meados do século XIX, personificando o comando político-econômico da reposição das condições locais de produção, determinada pela reprodução capitalista global. Aqui, enquanto a exploração de borracha se tornava a atividade preponderante na Amazônia, varzeiros do Baixo Amazonas se dedicavam sobretudo ao corte de lenha para o abastecimento dos navios que passavam por ali. É por isso que, mais tarde, o declínio da produção gomífera (pós-1912) não teria repercutido na área como alhures, sendo viável encontrar uma economia ribeirinha um tanto variada (HARRIS, 2000, pp. 37-41).

Já entre a II Guerra Mundial e a década de 1970, a juta representa a principal atividade nas várzeas do Baixo Amazonas, embora integrada à pesca e à pecuária. A semeadura ocorria ao início da cheia e a colheita era reservada ao fim da estação – aproximadamente em maio –, contando com força de trabalho familiar ou troca de dias de serviço e contratação de diaristas pagos em produto ou dinheiro. As fibras assim preparadas eram então repassadas aos “patrões”, comerciantes que descontavam da produção de juta as mercadorias adiantadas aos ribeirinhos, endossando laços de dependência pessoal garantidos na dívida (GENTIL, 1983). Mas ao passo que a própria organização interna das comunidades corrobora na reposição desse esquema (WAGLEY, 1988), é aberto ao varzeiro a posse da terra e a capacidade de apropriação de outras condições pretéritas à produção nas matas e nos rios.

⁴ A bibliografia sobre esse percurso histórico é extensa, mas cf., entre os autores aqui cotejados, Castro (2000); Harris (2000 e 2018); Folhes (2016).



Nesse aspecto, convém o comentário de Araújo (2009a, §1) sobre a comunidade como arquétipo espacializado das relações domésticas, herdadas do período colonial e presente desde as primeiras interpretações modernas sobre a Amazônia. Ainda no começo da década de 1950, a pesquisa pioneira de Wagley (1988 [1953]) destaca a singularidade cultural da “comunidade isolada”, que, longe de ser definida em si, é corolário da ação de poderes sociais e instituições que rompem o âmbito local:

Uma comunidade isolada nunca é típica de uma região ou uma nação. Cada qual tem suas próprias tradições, sua história particular, suas variações especiais do modo de vida regional ou nacional. A cultura de uma região ou de uma nação moderna possui uma organização muito maior do que a simples soma das comunidades que a integram. Existem instituições e poderes sociais de âmbito regional, nacional e até mesmo internacional, que determinam a tendência de vida de cada pequena comunidade. A igreja, as instituições políticas, o sistema de educação convencional, o sistema comercial e muitos outros aspectos de uma cultura, são muito mais difundidos e mais complexos em sua organização do que parecem quando observados em uma comunidade. Nem poderia qualquer simples comunidade possuir toda a amplitude de uma cultura regional; não possuiria todas as classes sociais, todas as ocupações ou todos os partidos políticos que se encontram em uma região inteira (WAGLEY, 1988, pp. 43-44).

Seria possível extrair desse trecho a tensão entre diferentes níveis de análise constante na abordagem de uma comunidade, o que a princípio invalida a própria noção de isolamento e faz prevalecer a contradição parte-todo. Por outro lado, o autor parece priorizar a cultura como uma espécie de distintivo, dado por uma soma de características, que autonomiza a comunidade. Assim, ao estudar Itá (nome fictício para Gurupá/PA), ele evoca a centralidade dos armazéns dos “patrões”, dispostos junto aos rios, no arranjo da vida local, tanto que é em torno desses comércios que vão se localizar as casas dos ribeirinhos. Essa pequena aglomeração, que conta cerca de vinte casas, compõe um “bairro”, subunidade da comunidade onde laços de parentesco (inclusive de compadrio) são decisivos na determinação das moradias. Estas partilham entre si meios de acesso à terra e a recursos, a devoção a um mesmo santo padroeiro e a troca de dias de trabalho, ao ponto de, “fora do círculo da família, o bairro [ser] o cenário da vida diária na zona rural de Itá” (WAGLEY, 1988, p. 50/52).

A definição da cultura como caracterizadora da comunidade e de suas subunidades ainda está bem colocada nessa passagem: “na comunidade, a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade” (WAGLEY, 1988, p. 44). Sem dificuldades, essa argumentação se aproximaria do escopo geográfico da época. Max Sorre (1984, p. 99) também situaria o gênero de vida como noção em torno da qual se organizam os grupos humanos em relação ao meio, a partir de um conjunto de técnicas, transmitidas pelo costume mas libertadas pela cultura, que



lhes assegura coesão e perenidade. Em consequência, já que é através do gênero de vida que o meio age sobre os indivíduos (SORRE, 1984, p. 104), perguntamos se o mesmo vale para Wagley a respeito da cultura enquanto, digamos, instância mediadora.

Outra ponderação é o caráter de síntese vigente nessa comparação: economia, religião e política estão integradas, ou fundidas, numa mesma cultura ou gênero de vida, sendo o lugar a extensão limitante dessas interações ecológicas – que não são absolutamente estáticas. Como vimos, Sorre (1984) preconiza uma uniformização do globo enquanto fruto da generalização da circulação, pela qual os gêneros de vida podem até perder sua validade explicativa (SANTOS, 2014). Similarmente, Wagley arroga o conhecimento do modo de vida amazônico para assim obter indícios do que deveria ser modificado localmente em função da “melhoria do padrão de vida”. Aqui, a introdução de novos elementos provoca reações por parte da cultura amazônica, que os ajusta numa base que os torne úteis para si (WAGLEY, 1988, p. 41).

Sugerimos que o que está em debate, nesses casos, é como a modernização altera a base pela qual se reproduz o gênero de vida, a partir da experiência comunitária. Acontece que, como também foi apontado, a variedade das condições locais vai contraditoriamente se transformando pela produção do lugar como suporte da reprodução social mundial (DAMIANI, 1999) mediada pela mercadoria, o que não consiste na perda das particularidades imediatas que produzirão, ali, uma cotidianidade. Se a área do Baixo Amazonas é desde sua origem circunscrita pela produção de mercadorias, há, todavia, condições que permitam, a partir de agora, discernir o cotidiano na várzea, mesmo que certas relações pareçam inalteradas e repostas, tipificando o gênero de vida?

Castro (2000) acentua como paralelamente ao declínio da jiticultura são introduzidos meios de captura e armazenagem que elevam a produtividade piscícola da Amazônia. As novas técnicas acompanham o aumento populacional derivado, por sua vez, dos projetos de integração territorial da ditadura, levando ao incremento da demanda por bens de consumo, especialmente nas cidades. Implantam-se um sistema de crédito rural, incentivos à pecuária e à formação de cooperativas, programas de colonização na terra firme e a regulação do trabalho no campo, não obstante poucos projetos de fomento tenham sido revertidos para a pesca.

Dessa maneira, as repercussões do planejamento talvez sejam menos diretas no Baixo Amazonas, mas não menos impactantes. Folhes (2016) ressalta como, a partir dos anos 1960, um sistema de crédito bancário começa a financiar indústrias, prensadores e intermediários da cadeia jiticultura, que buscavam os “patrões” locais para assim acessarem os ribeirinhos. Entre seus resultados prevalece a fragmentação da estrutura de empréstimos, devido à multiplicação de pequenos patrões, o que se aprofunda após o declínio da juta e a ascensão da pesca comercial, igualmente intensificando a pecuária (FOLHES, 2016, pp. 221-228). Acordos entre fazendeiros



e ribeirinhos, antes balizados na meação, vão se alterando à medida que os primeiros emprestam recursos estatais para obter gado e os últimos, não raro, recorrem à recém-instituída legislação trabalhista para reclamar salários. Daí, é nítido como o crescimento do rebanho, espalhado pelos campos de uso comum ou em direção à terra firme, acaba por provocar conflitos quanto ao uso da terra (LÔBO, 1993).

Em simultâneo, o acréscimo no número de barcos frigoríficos, chamados de “geleiras”, amplia a escala de produção e dilapida os recursos aquáticos, gerando outra série de disputas. Em pesquisa realizada no Lago Grande de Monte Alegre, Furtado et al. (1998) notam conflitos entre ribeirinhos e pescadores comerciais, entre os próprios varzeiros e dos pescadores entre si. Em geral, os ribeirinhos rejeitam os métodos de captura empregados pelas “geleiras”, ao passo que quem vive exclusivamente da pesca retruca não ter outro meio de sobrevivência. Emerge aí um grupo de pescadores profissionais, de maneira que o assalariamento vem tanto a competir com a agricultura de subsistência que um varzeiro pode dedicar mais tempo à pesca do que a outras atividades, assim como a terra pode ser utilizada mais para a criação do que para o plantio (McGRATH et al., 1993, pp. 177-179). Logo, que sociabilidade leva à dependência de dinheiro, a partir da pesca e da pecuária, consiste numa pergunta-chave em relação ao corpo, ao cotidiano e à variação dos hábitos de consumo na área.

WinklerPrins (2002, pp. 424-425) sublinha circularidades entre várzea e terra firme que, desde os anos 1970, ultrapassam o âmbito do transporte eventual de gado à terra firme, haja vista que varzeiros jiticultores passam a plantar com a família em lotes de terra firme quando adquirem títulos de posse junto ao INCRA. Já Folhes (2016, pp. 221-228) mostra que, além da reversão dos dividendos adquiridos com a jiticultura para a pecuária, a construção de estradas e certas inovações institucionais – como a fundação de associações locais e de redes pessoais para acesso a projetos e crédito governamentais – são decisivas no estreitamento dos vínculos entre os dois lugares. Da mesma forma, durante o inverno certos varzeiros podem se assalariar periodicamente na terra firme e na cidade, ou então pescam com as “geleiras” no rio Amazonas (McGRATH et al., 1993, p. 182).

Resta pontuar um aspecto relevante no que concerne a mudanças na esfera comunitária. Desde os anos 1970, é crucial o papel da Igreja e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais na área, pois a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a execução de seus programas de alfabetização contribuíram para popularizar a aceção da comunidade como unidade política. Esta seria constituída de vilas erguidas ao redor de uma capela, agregada às florestas, capoeiras, roçados e “campos de invernada” – domínios de uso comum usados para a pastagem do gado – do entorno, sendo compostas pela articulação de diferentes “fratrias residenciais” (FOLHES,



2016; ARAÚJO, 2009). Mas a despeito da pretensa harmonia que subjaz ao termo, Folhes (2016, p. 241) assinala importantes disputas internas, amiúde em proveito da ocupação de cargos assalariados e de liderança; em contraposição, integrar uma mesma comunidade é imprescindível na luta contra interesses de oligarquias locais e agentes externos na usurpação da terra e de recursos.

Parece-nos haver, pois, um deslocamento de sentido entre aquelas subunidades de uma comunidade constituídas em torno do armazém do “patrão”, radicadas em laços de dependência pessoal tal qual tratado por Wagley (1988), e a comunidade mobilizada em vistas duma agenda reivindicatória afinada à Igreja e aos sindicatos. Ademais, Folhes (2016, p. 260) alega que tal tendência se aprofunda nos anos 1990, quando associações, ONGs, sindicatos e movimentos sociais buscam novos meios de responder aos assédios provocados pela pesca comercial. Nesse caso, vemos que a estratégia mais comum é o “fechamento” dos lagos a pessoas de fora, com o objetivo de promover o manejo local dos recursos aquáticos. Prática conhecida como “reservas de lago” ou “acordos de pesca”, ela é firmada a partir da definição de áreas a serem preservadas em cada comunidade, envolvendo sanções que variam da proibição da pesca em determinados locais e períodos a interdição da comercialização de dada espécie ou do uso de barco a motor, de alguns tipos de arreio ou do armazenamento do pescado com gelo (FURTADO et al., 1998; McGRATH et al., 1993; CASTRO, 2000).

No Baixo Amazonas, a instância mediadora dessas ações é, inicialmente, o Conselho de Pesca, que buscando ampliar seu escopo de ação altera o nome para Conselho Comunitário e, por fim, para Conselho de Desenvolvimento Sustentável. Nas palavras de Folhes (2016, p. 262):

Criados inicialmente para lidar com a atividade pesqueira, os conselhos de pesca logo encontrariam problemas para tratar da pesca e dos acordos de pesca sem envolver as demais atividades econômicas existentes na várzea. Ora, estava sendo criada uma dicotomia sindical supostamente diferenciada pelos aspectos geográficos e econômicos – Colônias de Pescadores na várzea e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na terra firme – mas que na prática tinham que lidar com problemas decorrentes das múltiplas atividades desempenhadas pelas famílias e pela circulação realizada por estas mesmas famílias entre os dois ecossistemas. Com o tempo, os conselhos de pesca desejaram lidar com pautas mais amplas, não estritamente vinculadas à atividade pesqueira, mas que, pelo contrário, pudessem abarcar também temas caros à agricultura e à pecuária. Mudaram, então, de nome: de Conselho Regional de Pesca para Conselho Regional Comunitário, e mais recentemente, para Conselho de Desenvolvimento Sustentável.

Finalmente, lutas locais e mudanças na execução de políticas territoriais reverberariam, a partir do desfecho do século, numa guinada à fundação de Reservas Extrativistas (RESEX) e Projetos Agroextrativistas (PAEs) no Brasil. São modalidades de assentamento que expedem certificados de concessão de uso da terra e de manejo coletivo de reservas ambientais em vez



de títulos individuais de propriedade, o que, à primeira vista, impediria a venda de terrenos a fazendeiros e, por conseguinte, a concentração fundiária e o desmatamento. Por outro lado, manifestamente, não deixam de surgir conflitos no que respeita a tal meio de regulação: em Monte Alegre, em mais de uma circunstância o incentivo à fiscalização serviu de justificativa para punições por fazendeiros que vetavam varzeiros de pescar em águas que eles julgavam ser suas, valendo-se, para tal, de alianças com líderes locais e agentes estatais, assim como da legislação ambiental (ARAÚJO, 2009b).

É possível que tais modificações nas políticas territoriais, orientadas a demandas locais e sob o discurso da sustentabilidade, bem como nas formas de organização política impliquem também novos significados para o que seria comunidade⁵? Em todo caso, não é demais lembrar que a comunidade é o recorte pelo qual, em nossa proposição, acessamos a várzea como lugar relativo ao mundo. De acordo com o que expomos, estratégias ligadas à reprodução ribeirinha, envolvendo conflitos com fazendeiros, “patrões” ou pescadores profissionais; a organização de ações de manejo coletivo e a organização de fóruns populares de participação política, listados pela bibliografia cotejada, fornecem caminhos interessantes a respeito da contradição produção-reprodução, dos dispositivos de apropriação espacial pelo corpo, da constituição do cotidiano na várzea e dos elos firmados com a cidade e a terra firme. A nosso ver, contudo, ainda é preciso observar, por tratamento empírico, aspectos de como o dinheiro media as relações interpessoais. O que dá azo a problematizações de como se configuram, ali, as relações de gênero, o acesso a bens de consumo, a dependência de crédito, etc., permitindo o mapeamento dos meios pelos quais os varzeiros mobilizam suas forças de trabalho para se reproduzirem.

Já na terra firme, amiúde encontramos descendentes dos nordestinos que migraram para a Amazônia sobretudo da segunda metade do século XIX, no contexto da exploração gomífera e do êxodo de moradores do Baixo Amazonas para outras porções mais ricas em seringueiras, até a década de 1970. Nossa pesquisa de mestrado (LEAL, 2018) assinalou que, na virada para o século XX, o estado paraense fomenta os primeiros projetos de colonização de Monte Alegre, apesar de já existir um grupo de confederados estadunidenses em Santarém na época, além de uma colônia militar em Óbidos, que perdurou de 1854 a 1864. Assim, em 1894 são instalados em Monte Alegre os núcleos de Igarapé-Açu e Itauajuri, com o objetivo de alocar produtores estrangeiros e nacionais, e cuja conjuntura é a institucionalização de uma lei de terras no país e

⁵ Ultrapassa o escopo deste texto analisar as transformações concretas, relativas à gestão estatal e sua relação com a acumulação capitalista global, no que concerne à agenda ambiental e ao incentivo à participação popular em instâncias de decisão política. Tratamos do assunto em outra ocasião (LEAL, 2018, cap. 4).



a exploração de uma força de trabalho agrícola e assalariada ostensivamente branca. Pouco mais tarde, em 1927, a União demarca terras já ocupadas no município e as esquadrinha no formato de uma gleba, criando o Núcleo Colonial Inglês de Souza, que em 1942 integraria a Colônia Agrícola Nacional do Pará (CANP). Por fim, a instalação dos primeiros imigrantes japoneses na área resulta na fundação da gleba Mulata, em parceria com uma empresa de colonização (LEAL, 2018).

Nesse primeiro momento, portanto, “colônia” – à primeira vista aglutinando os termos “núcleo” e “gleba” – designa a unidade na qual o Estado instala as estruturas que viabilizam a exploração do trabalho, voltada à comercialização de gêneros agrícolas no mercado. De maneira que mesmo hoje, na linguagem corrente, essa é expressão empregada localmente para se referir aos agrupamentos de terra firme onde a ação estatal, por loteamentos, antecede a ocupação da terra. Ocorre que aqueles primeiros migrantes, via de regra, “largavam” seus lotes em proveito da posse de terras em que poderiam repor suas condições de produção, o que não consiste na reprodução autônoma de subsistência ou de venda ocasional de excedentes. Como nas várzeas, elos de cunho pessoal com um “patrão” mediavam o acesso ao mercado na obtenção de bens não produzidos domesticamente e no escoamento da produção, de sorte a extrair o sobreproduto do trabalho dos lavradores repondo a dinâmica regional de dominação (LEAL, 2018).

Contudo, o quanto convém situar tal disposição das relações sociais, capitaneadas pelas oligarquias baixo-amazonenses, no que a Geografia tradicional qualifica como gênero de vida? Não obstante a provável classificação deste como uma unidade autônoma onde prevalece dada interação ecológica, sugerimos enquadrá-la numa forma particular de reprodução das relações capitalistas de produção em determinada área – como também proposto por Toledo (2008). Daí, perguntamos sobre a interligação das relações entre várzea e terra firme como constitutivas de uma mesma área.

Mais adiante da gleba Mulata, em direção nordeste, surge a comunidade do Limão, no fim da década de 1950, através do deslocamento de lavradores oriundos de Ourém, no nordeste do Pará (LEAL, 2018). Inicialmente, estes migrantes tomavam posse da terra segundo acordos mútuos, ancorados em relações vicinais e de parentesco, de partilha territorial e da troca de dias de trabalho. Simultaneamente, um comerciante da cidade, dono de uma máquina de pilar arroz, garantiu o transporte dos ouremenses para Monte Alegre, emprestando a eles dinheiro em troca da compra da produção, descontando na época da safra o montante supostamente adiantado. Porém, para lá da arbitrariedade possivelmente presente nesses cálculos, reside a reiteração do sistema de endividamento.



Nos anos 1960, iniciam-se obras de demarcação fundiária que instigariam o interesse de lavradores japoneses, que avançavam desde a gleba Mulata, pelos terrenos mais próximos da cidade e do igarapé do Limão, comprando lotes e contratando diaristas das redondezas para o trato de pimenta-do-reino. Tais ações também redundam na definição da “rua” da comunidade, onde entrementes se congregam comércios, residências, uma escola e o posto de saúde ao redor da capela, em oposição aos “centros”, ou seja, os roçados.

Já em 1970, o INCRA é fundado pela ditadura militar, sendo responsável pela instituição do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Monte Alegre, que delimita lotes sequenciais de 100 ha nas margens da PA-254, rodovia que começava a ser erigida e atravessaria a comunidade do Limão. A centralidade da comunidade se desloca, doravante, do entorno da capela para a beira da rodovia. Nesse processo, a pecuária se torna predominante entre produtores que conseguem acessar dinheiro e ainda contrair algum crédito junto ao banco, o que favorece, do mesmo modo, uma maior estratificação fundiária. Aqueles que vendem seus imóveis e lavradores recém-chegados buscam a posse de terras rumo nordeste, floresta adentro, indicando um movimento de expansão da fronteira no qual novas comunidades são continuamente fundadas, conforme o mesmo arranjo espacial que contrapõe a “rua” ao “centro”. Na retaguarda, o Estado mensura as localidades e pecuaristas monetarizados podem vir a, de forma reiterada, comprar as terras dos lavradores, tanto que a mesma comunidade pode crescer ou então se extinguir e ressurgir num ponto mais adiante da fronteira.

O crescimento da “rua” e a facilidade de acesso à cidade, corolário mais ou menos direto da interligação rodoviária da Amazônia ao resto do país, no processo de “integração nacional”, permitiria então a ampliação e a variação dos bens de consumo adquiridos. Concomitantemente a isso, contudo, assim como na várzea, o dinheiro vai mediando uma necessidade crescente de investimentos na produção, através de créditos, contratação de diárias, mecanização, insumos, etc. Hoje, com o gradual esgotamento da fertilidade do solo, o lavrador vai enfrentando dificuldades de vender sua produção frente a concorrentes mais monetarizados, ampliando a estratificação fundiária e a conversão dos terrenos em pastagens para a pecuária (LEAL, 2018).

Daí, duas alternativas se difundem com mais força na área, principalmente a partir dos anos 1990. A primeira é o êxodo para cidades próximas, tanto que se formam novos bairros nas periferias. Seus moradores costumam trabalhar no comércio, na construção civil ocasional, como mototaxistas, etc.; ou ainda, como empregados de fazendas e diaristas, alternando ou não as atividades com um roçado próprio ou arrendado. Em segundo lugar, o prosseguimento na posse de terras até permanecer possível, mas esbarra no corredor de unidades de conservação



ali instalado no começo deste século, tal que as zonas limítrofes das mesmas se tornam alvo de intensas disputas (LEAL, 2018).

Esse fluxo entre várzea, terra firme e cidade nos põe a questão sobre a nulidade de uma divisão binária entre urbano e rural. Aqui, o consumo de mercadorias, informações, serviços e equipamentos urbanos, coletivos ou não, parece designar, em sentidos variados, a reprodução, na comunidade rural, do modo de vida do urbano, interligada à mundialização capitalista. É significativa a função de programas assistenciais no orçamento familiar, com destaque para o Bolsa Família e a aposentadoria rural, mesmo que a lavradores e ribeirinhos não esteja vetada a capacidade de se reproduzir através de seus próprios meios de produção. Por tais motivos, a categoria lugar permite problematizar junto às estratégias que envolvem a produção, mediadas ou não por dinheiro (como o assalariamento ocasional ou fixo, a pesca, a agricultura e a criação), as estratégias reprodutivas. Estas englobam tanto o acesso ao dinheiro e a bens de consumo, os meios de emprego da força de trabalho, a assistência governamental, etc. quanto a aparência de continuidade com formas reprodutivas concatenadas ao usufruto de condições pretéritas à produção. Nesse sentido, várzea e terra firme tendem a convergir em aspectos que consistem em mudanças na vida comunitária, haja vista a urbanização, a ascensão da pecuária, o papel do dinheiro nas relações interpessoais e a ação estatal no incentivo ao protagonismo político local, seja pela introjeção da pauta ambiental seja em projetos de fomento e transferência de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou problematizar como a categoria lugar oferece entradas para o estudo das várzeas e áreas de terra firme do Baixo Amazonas, apresentadas como singularidades espaciais relativas ao todo capitalista. A intenção foi menos a de circunscrever definições do que, a partir da exposição de processos de formação, levantar as contradições que se encerram no lugar. Com isso, suscitamos uma série de questões que precisam ser desdobradas no decorrer de nossa pesquisa, considerando o que foi estudado no mestrado e retomando pontos da revisão bibliográfica a fim de confrontar perspectivas. Propomos ser possível, a partir das contradições produção-reprodução e agrário-urbana, observadas nas comunidades varzeiras e de terra firme, explicitar momentos que, de um lado, mantêm aquela aparência de gênero de vida centrada na conexão homem-meio. De outro lado, buscamos discernir como tais momentos exprimem uma mundialização ditada pelo dinheiro e por formas de consumo e de apropriação do espaço peculiares ao urbano, estendido inclusive sobre locais, digamos, tradicionalmente rurais. Assim, qual seria a pertinência das condições dadas pelos ciclos dos rios e das estações frente às



relações mediadas pela forma-mercadoria? Como tal circularidade se veicula ao engajamento do corpo na produção do espaço vivido? Como o dinheiro age no desdobramento dos conflitos ocorridos nos lugares abordados? Como o Estado, via designação de unidades de conservação, mudanças no padrão de regulação fundiária e instituição de projetos de fomento e participação popular atua no cotidiano? Como tais modificações políticas se associam ao significado do que é a comunidade? Em todo caso, a pretensão de seguir o caminho aberto por tais incógnitas não deixa de evocar aquilo que unifica ambos os lugares como constitutivos do Baixo Amazonas.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A.; SCARLATO, F. C. O lugar na Geografia. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (orgs.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019.

ARAÚJO, R. De la communauté aux “populations traditionnelles”. **Nuevo mundo mundos nuevos**, Colloques, 2009a.

ARAÚJO, R. Manejo ecológico, manejos políticos: introdução ao conflito numa área do Baixo Amazonas. In: D' INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 2009b.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CASTRO, F. de. **Fishing accords: the political ecology of fishing intensification**. Doutorado em Ciências Ambientais. Bloomington: Universidade de Indiana, 2000.

DAMIANI, A. L. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos rumos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

FOLHES, R. **O lago grande do Curuai: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia**. Doutorado em Geociências. Belém/Paris: IG-UFPA/Sorbonne Nouvelle, 2016.

FURTADO, L. G.; NASCIMENTO, I.; ALENCAR, E.; MOREIRA, E. Lago Grande de Monte Alegre: relato sobre gente, ambiente e conflitos sociais no Médio Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia**, v. 14 n. 1, 1998.

GENTIL, J. M. L. **A juta na agricultura de várzea da área de Santarém – Médio Amazonas**. Mestrado em Geografia. Recife: DG-UFPE, 1983.

HARRIS, M. **Life on the Amazon**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HARRIS, M. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil (1798-1840)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.



LA BLACHE, P. V. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas em Geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 2012.

LEAL, D. N. **Transformações da fronteira na Calha Norte paraense**. Mestrado em Geografia Humana. São Paulo: DG-FFLCH-USP, 2018.

LÔBO, G. Notas sobre a parceria pecuária no Médio Amazonas paraense. **Papers do Naea**, 24, 1993.

McGRATH, D.; CASTRO, F.; FUTEMMA, C.; AMARAL, B.; CALABRIA, J. Fisheries and the evolution of resource management on the Lower Amazon floodplain. **Human ecology**, v. 21 n. 2, 1993.

MORAN, E. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Publifolha, 2000.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2014.

SORRE, M. **El hombre en la Tierra**. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

SORRE, M. A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, F. J. (org.). **Max Sorre**. São Paulo: Ática, 1984.

TOLEDO, C. A. **A região das lavras baianas**. Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: DG-FFLCH-USP, 2008.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1988.

WINKLERPRINS, A. G. A. Seasonal floodplain-upland migration along the Lower Amazon river. **Geographical Review**, v. 92 n. 3, 2002.